

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA: CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES SIGNIFICATIVOS NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO ESCOLAR

Benjamim Machado de Oliveira Neto

Graduado no curso de Pedagogia pela UECE
bmon.contato.01@gmail.com

Resumo

A construção de ambientes significativos no período de adaptação no ensino infantil é uma situação urgente diante da realidade educacional contemporânea, pois a falta de estrutura, formação docente e práticas pedagógicas especializadas pode comprometer a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento da criança. O objetivo deste estudo é refletir sobre que modo a implementação das Políticas Públicas pode transformar o processo de acolhimento em um momento de fortalecimento das competências socioemocionais, emocionais e cognitivas. A metodologia terá como base a revisão bibliográfica de materiais específicos, como a leitura de artigos científicos, teses, monografias e livros, tais como: Ahmad (2009); Aries (1981); Kramer (2006); Kuhlman (2010); Oliveira (2002); Santos (2017). Depois que a escola virou um lugar regulamentado por direitos e garantias, as instituições passaram a ter um papel mais estruturado no desenvolvimento das pessoas, com a finalidade de garantir o acesso, inclusão, diversidade e qualidade do ensino. Por outro lado, o período de adaptação escolar é um momento que precisa de mais atenção e apoio, demonstrando a importância da colaboração da escola com a família e dos docentes com os alunos. Ao criar condições favoráveis para a adaptação, as instituições facilitam não apenas a transição dos estudantes, mas estimulam as habilidades, a confiança, o interesse e a autoestima, promovendo um ambiente significativo e um ensino que vai além da formação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Psicologia.

Introdução

A construção de ambientes significativos no período de adaptação no ensino infantil é uma situação urgente diante da realidade educacional contemporânea, pois a falta de estrutura, formação docente e práticas pedagógicas especializadas pode comprometer a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento da criança.

O presente estudo tem por proposta desenvolver uma análise acerca do tema das políticas públicas e do processo de adaptação na Educação Infantil, mostrando como essas diretrizes são de suma importância para construir um conjunto de ações que contribuem para desenvolver a confiança e a autonomia das crianças, já que é um momento novo que pode gerar medo, insegurança e estresse.

O objetivo deste estudo é refletir sobre como a implementação das Políticas Públicas pode transformar o processo de acolhimento escolar em um momento de fortalecimento das competências socioemocionais, emocionais e cognitivas, para que seja possível um ambiente seguro e acolhedor, que contribuirá para o desenvolvimento integral dos estudantes nesse período escolar.

A pesquisa tem por justificativa o contato com as teorias sobre o processo de acolhimento e adaptação, para construir um trabalho que possibilite conhecer o contexto histórico, as políticas nacionais e a organização do ambiente escolar, como uma forma de entender um dos períodos mais importantes da vida do ser humano.

O planejamento do ambiente escolar na educação infantil é um momento rico para construir um trabalho que permita organizar o período de acolhimento e adaptação, com o objetivo de acolher o aluno de forma individual e coletiva, além de abordar as diversas situações e grupos sociais existentes em sala de aula.

Por sua vez, a escola deve organizar um ambiente flexível, que promova o bem-estar, a autonomia e a confiança, onde o aluno se sinta acolhido e desperte o sentimento de pertencimento ao lugar em que está inserido, sendo uma situação que



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

permita desenvolver novas habilidades, saberes e aprendizados.

Dessa forma, a criança que apresenta dificuldade nesse momento pode desenvolver reações emocionais e psicológicas, como medo, ansiedade, insegurança, estresse e desespero, passando por uma experiência que envolve o distanciamento dos pais, o afastamento do conforto de casa e o desafio de enfrentar uma situação desconhecida.

No entanto, o ensino de educação infantil tem mostrado dificuldade em trabalhar o período de acolhimento e adaptação, seja por falta de recursos financeiros ou de profissionais capacitados, sendo uma realidade ainda mais preocupante quando a referida instituição é vista como um negócio lucrativo e lugar para depósito de alunos.

Por isso, a escola tem um papel ímpar no momento de educar e cuidar dos alunos, no sentido de não exercer apenas uma função, mas de estar preparada para lidar com as diversas situações que surgem no cotidiano, devendo levar em conta as necessidades psicológicas, biológicas e sociais das crianças.

Metodologia

A metodologia terá como base a revisão bibliográfica de materiais específicos, como a leitura de artigos científicos, teses, monografias e livros sobre o tema das políticas públicas e do processo de adaptação na Educação Infantil, mostrando como a referida abordagem pode oferecer uma reflexão mais aprofundada acerca dessas diretrizes e suas implicações no desenvolvimento infantil nesse período escolar.

As literaturas usadas para fundamentar o trabalho abordam um conjunto de autores e profissionais da área da educação, história e psicologia, tais como: Ahmad (2009); Aries (1981); Craidy (2011); Kramer (2006); Kuhlman (2010); Oliveira (2002); Santos (2017); Strenzel (2002).



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Por meio da investigação e revisão bibliográfica, será construído um panorama histórico e contemporâneo das políticas educacionais que envolvem a adaptação na Educação Infantil, demonstrando como o impacto dessas diretrizes pode contribuir para promover um ambiente significativo que estimula a aprendizagem, o bem-estar, a confiança, a autonomia e o desenvolvimento integral das crianças.

Assim, o estudo apresentará a importância de valorizar o período de acolhimento e da adaptação na educação infantil, como uma forma de refletir sobre a complexidade de tal processo na vida escolar das crianças, levando em conta os seguintes assuntos: linhas históricas sobre a concepção de criança e infância; as políticas nacionais e a organização do ambiente escolar; o valor do período de acolhimento e da adaptação.

Referencial Teórico

Com a apresentação do resumo, introdução e metodologia, deve-se começar o próximo tópico do trabalho, que envolverá o conceito de criança e infância, além da evolução das instituições, as políticas públicas, o processo de adaptação escolar e os resultados do estudo.

A concepção de criança e da infância é uma ciência que se desenvolveu em diferentes períodos, levando em conta a trajetória histórica, o meio social e a cultura, que resultou em diversas interpretações sobre o papel e as necessidades da criança ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, a concepção de criança e de infância foi uma construção social, não apenas relacionada à experiência do indivíduo em contato com as atividades e no convívio com o grupo, mas a um processo que envolve o tempo e a influência da história, revelando diversas realidades e diferentes momentos.



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Para compreender a concepção de criança e de infância, é primordial analisar o posicionamento da estudiosa Zilma de Moraes Oliveira (2002, p. 58) sobre o contexto histórico da educação das crianças, a relação com a família e o trabalho que desempenhavam no período da pré-história:

Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres. Logo após o desmame, a criança era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para ter atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas, em que aprendia o básico para a sua integração social (OLIVEIRA, 2002, p. 58).

Conforme o estudo, torna-se possível analisar que surgiram diversas concepções acerca da infância, o que dividiu o pensamento de estudiosos. Para eles, a criança era considerada um adulto em miniatura, e a educação se dava no convívio com a família, em conjunto com o lugar em que estava inserida, por meio da relação com a mãe e das tarefas do cotidiano.

De acordo com a estudiosa Leila Ahmad (2009, p. 1), sobre a construção social e a definição de infância, foi nesse período que a criança começou a ganhar espaço, marcando o contexto da Idade Antiga e sendo um fator essencial para compreender o processo que influenciou a história, como se pode analisar:

O conceito de infância é fruto de uma construção social, porém, percebe-se que sempre houve criança, mas nem sempre infância. São vários os tempos da infância, estes apresentam realidades e representações diversas, porque nossa sociedade foi constituindo-se de uma forma, em que ser criança começa a ganhar importância e suas necessidades estão sendo valorizadas, para que o seu desenvolvimento seja da melhor forma possível, e que tudo aconteça no seu verdadeiro tempo (AHMAD, 2009, p. 1).

Por mais que a criança estivesse ganhando espaço na sociedade e recebendo o valor que antes não tinha, não se levava em conta o tempo e suas necessidades mais básicas. Ainda assim, não havia o sentimento e o afeto direcionados à infância, no sentido de que o cuidado e a educação eram precários, tornando-se uma situação que afetava a saúde e o bem-estar, já que não havia diferenças claras entre adultos e crianças.



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

É fundamental apresentar o pensamento do autor Philippe Ariès (1981, p. 1) sobre a relação da família com os filhos e o sentimento que existia naquela época, que o estudioso conceitua como “paparicação”:

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado a criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertem com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1981, p. 1).

Conforme o pensamento do autor, observa-se que o estudioso analisou que a criança não era somente um “animalzinho” engraçado ou um objeto sem significado, mas tratava-se, acima de tudo, de um ser humano com sentimentos e valores. Isso possibilitou criar a definição de “paparicação” para explicar tal condição, fase e período.

Com a inclusão da criança na sociedade e a valorização da infância, ainda não havia o sentimento de afeto e de cuidado, o que afetava a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento da criança, mas constituiu um momento importante para construir um olhar mais sensível às necessidades e individualidades dos sujeitos.

A construção da educação infantil aconteceu por meio do processo de industrialização; com a relação de produção e a ascensão das mulheres nas fábricas, a classe dominante começou a aumentar o número de instituições de ensino infantil e o atendimento às crianças, tendo em vista que estas não foram implantadas para educar e cuidar dos estudantes, mas para suprir os interesses do mercado e do capitalismo da época (KUHLMANN, 2010).

Para compreender o contexto histórico das primeiras instituições de ensino infantil, como uma forma de conhecer a fundo o assunto e fundamentar o conteúdo da estrutura do capítulo em questão, torna-se fundamental mencionar a obra de Tizuko M. Kishimoto (1986), que explica o ambiente e o cotidiano das crianças em tais lugares:

O estabelecimento que visitei é uma espécie de creche, onde os operários depositam seus filhos, enquanto permanecem nas fábricas. No fim do dia, a



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

proprietária do asilo recebe 100 ou 200 réis de cada pai pelos filhos albergados. A péssima instalação da creche, a promiscuidade anti-higiênica de 30 crianças, quase todas com menos de 5 anos, as fisionomias esqueléticas daqueles pequenos mal alimentados, a atitude insensível do vigilante, tudo isso provocou em meu espírito algumas considerações sobre os benefícios que produziria a instalação de creches nas vizinhanças das fábricas (KISHIMOTO, 1986).

Segundo o autor, a instituição que as crianças frequentavam não era um ambiente adequado, tanto pela falta de limpeza quanto pela precariedade da estrutura interna para atender alunos com menos de cinco anos de idade, o que mostra um despreparo por parte dos responsáveis, baseado em um trabalho insensível e sem cuidado até mesmo com a alimentação.

A preocupação com a saúde das crianças e o movimento da classe trabalhadora para melhorar as condições das creches, somado ao fracasso do estabelecimento, resultou em mudanças no sistema de educação e na criação de jardins de infância, que tinham como base um ensino voltado para a autonomia, o cuidado e a recreação (KUHLMANN, 2010).

Ao oferecer atendimento aos filhos da camada popular e o acesso das crianças nas escolas de jardins de infância, que ganharam esse nome por enxergarem o professor como o jardineiro e os alunos como as sementes, com a função de cuidar e regar as plantas, a instituição começou a desenvolver um trabalho que visava preparar os estudantes para a rotina escolar.

A partir da Idade Moderna, a concepção de criança e de infância passou a ser reconhecida pela família e pela sociedade, no sentido de que o Estado começou a analisar que a criança necessita de escolarização e de cuidados, pois é um ser composto de inteligência, pensamentos e sentimentos, devendo a escola de educação infantil levar em conta as necessidades e particularidades dos alunos.

Com o advento dos direitos e garantias no âmbito da educação infantil, bem como a influência da política, do governo e das entidades públicas em favor da expansão do acesso às escolas, os teóricos começaram a estudar a postura das crianças e



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

teorizaram que a infância é uma fase especial da vida, que reforçou a ideia de que os estudantes têm suas necessidades atendidas e protegidas por lei específica, resultando em uma legislação reconhecida pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 (CRAIDY, 2011).

A Constituição Federal de 1988 foi essencial para regulamentar os direitos e garantias das crianças ao acesso à escola de educação infantil, à creche e à pré-escola, bem como proporcionou a gratuidade do ensino público em todas as modalidades e níveis do sistema escolar, com base em uma concepção pedagógica e em políticas educacionais que contribuíram para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo, histórico, humano e cultural dos estudantes.

Depois da criação de políticas públicas para assegurar os direitos das crianças, a educação ganhou uma legislação chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o dispositivo legal nº 9394/96, que resultou em novas formas de organização e prática educativa voltadas para os níveis escolares, inclusive para a definição do ensino infantil como a primeira etapa do modelo básico educacional (OLIVEIRA, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação não definiu apenas o ensino infantil como o primeiro nível do sistema educacional básico, mas, de uma forma geral, transformou a instituição em um local que trabalha a função social e humana, tanto para a formação cidadã quanto para o desenvolvimento integral das crianças, levando em conta os aspectos cognitivos, psicológicos e físicos.

A criação da BNCC teve o apoio do MEC, do Conselho Nacional de Secretários de Educação e da União de Dirigentes Municipais da Educação, que apresentou um conjunto de propostas acerca da organização pedagógica, da estrutura curricular básica, dos campos de experiências e da integração nas áreas do conhecimento (SANTOS, 2017).

Por outro lado, a BNCC deve seguir um conjunto de competências e uma lista de habilidades, limitando os conteúdos curriculares e padronizando o saber, a fim de que os



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

direitos de aprendizagem das crianças tenham uma base que possibilite trabalhar as atividades do cotidiano e as experiências, devendo levar em conta o espaço, o tempo, as relações, o movimento, as cores, o corpo, as formas, os sons, a oralidade e a escrita.

O estudo da teórica C. Reggio Emilia Rinaldi (2002, p. 77) é um conteúdo que aborda o espaço, a organização e o planejamento escolar, como uma forma de analisar que é um local que não apenas tem uma função, mas que pode desenvolver um trabalho que permite criar uma interação da criança com o meio em que está inserida:

[...] O ambiente escolar deve ser um lugar que acolha o indivíduo e o grupo, que propicie a ação e reflexão. Uma escola ou creche é antes de tudo, um sistema de relações em que as crianças e os adultos não são apenas formalmente apresentados e organizados, que são uma forma de nossa cultura, mas também a possibilidade de criar uma cultura. [...] É essencial criar uma escola ou creche em que todos os integrantes sintam-se acolhidos, um lugar que abra espaço às relações (RINALDI, 2002, p. 77).

De acordo com a autora, o espaço escolar é um lugar amplo e significativo para as crianças, tanto para construir a relação com o meio social quanto para a interação com os adultos, funcionando como uma função de acolhimento e estimulando a capacidade ativa dos estudantes. Isso demonstra a importância de implantar um sistema de organização que vai além do padrão estabelecido pelo governo.

O processo de acolhimento e adaptação começa na relação dos familiares com a escola, uma vez que a família tem um papel fundamental no momento de escolher a instituição para os filhos. O colégio deve transmitir segurança suficiente para influenciar a decisão dos pais nesse processo, evidenciando que é uma situação tão difícil e complexa que não basta apenas matricular as crianças; é preciso possibilitar que todos os responsáveis participem.

Para compreender a complexidade do processo de acolhimento e da adaptação no ensino infantil, mais especificamente a relação entre a família, a escola e as crianças, torna-se importante mencionar o estudo da autora Giandréa Strenzel (2002, p. 3), como é possível analisar:

Inserção, ingresso, acolhida, não é uma questão de adaptação no sentido de



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

modulação, que considera a criança como um sujeito passivo que se submete, se acomoda e se enquadra a uma dada situação. É um momento fundamental e delicado que não pode ser considerado como simples aceitação de um ambiente desconhecido e de separação da mãe ou de uma figura familiar, ou de fazer a criança parar de chorar (STRENZEL, 2002, p. 3).

Como é possível observar no estudo, o período de adaptação não pode ser considerado uma forma de submeter a criança a determinada situação que venha a forçá-la a aprender. Deve existir a compreensão de que é um momento complexo e difícil para todos os envolvidos, demonstrando que não se trata apenas de uma nova realidade e de uma etapa da vida dos alunos.

Resultados e Discussão

O resultado do referido estudo mostrou que o período de acolhimento é um fator de suma importância para a construção da segurança e confiança da criança, constituindo um processo que não deve ser abordado apenas no começo das aulas ou em casos que necessitem utilizar tal método, mas que precisa ser realizado durante a rotina escolar e em todas as situações em que os alunos estejam envolvidos, para que seja possível oferecer cuidados e proteção.

Desse modo, o educador deve elaborar uma ação pedagógica com base nas experiências e vivências das crianças e, ao mesmo tempo, acolher o aluno de forma individual e coletiva, abordando as diversas situações e grupos sociais existentes em sala de aula, para que seja possível se apropriar dos diferentes espaços de interação.

Por isso, a escola deve planejar um ambiente flexível, baseado nas experiências e vivências das crianças, promovendo o bem-estar, a autonomia e a confiança, para que o aluno se sinta acolhido e desperte o sentimento de pertencimento ao lugar em que está inserido, permitindo o desenvolvimento de novas habilidades, saberes e aprendizados.

Considerações finais

Com base na pesquisa, torna-se possível identificar o interesse em abordar o tema em questão, que buscou estudar a política e a organização no período de adaptação escolar na educação infantil, analisando como esse momento pode proporcionar a aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano, além de refletir sobre a importância de analisar a colaboração entre escola e família para promover um ensino que vá além da formação dos estudantes.

A educação infantil não pode contar apenas com professores qualificados e capacitados para oferecer as condições adequadas ao desenvolvimento das crianças; a escola deve estar preparada, organizada e estruturada, considerando a dimensão das salas, o formato das janelas, o tamanho da área de recreação, o espaço confortável e a presença de ambientes verdes.

Um local atraente, agradável e espaçoso é outro ponto que se destacou na pesquisa, no sentido de que uma escola e salas bem organizadas, com uma aparência acolhedora, podem influenciar o bem-estar das crianças. Cabe à gestão, junto ao corpo docente, analisar a importância de um ambiente e de uma estrutura favoráveis para os alunos.

Por sua vez, um lar estável e uma estrutura familiar são fundamentais para a socialização da criança, tendo em vista que um aluno pode não estar psicologicamente bem no dia em que vai à escola ou até mesmo ao longo do semestre. Nesse contexto, deve entrar em cena o professor amigo, cuidador e afetuoso, dentro das possibilidades e condições.

Assim, o período de acolhimento e adaptação não é um processo de aparências, mas envolve a disponibilização de um ambiente amplo que promova a interação entre família, professores e funcionários, criando um local adequado para mediação e intervenção.

Referências

- ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- AHMAD, L. A. S. **Um breve histórico da infância e da instituição de educação infantil**. Revista Partes, São Paulo, v. 0, n. 1, 2009.
- CRAIDY, C. M. **A educação infantil e as novas definições da legislação**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (org.). Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2011.
- KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940)**. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- KUHLMANN, M. J. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- OLIVEIRA, S. M. L. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, S. M. L. **A legislação e as políticas nacionais para a educação infantil: avanços, vazios e desvios**. In: MACHADO, M. L. (org.). Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002.
- RINALDI, Carlina. Reggio Emilia: **a imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental**. In: GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn (Org.). Bambini: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SANTOS, J. V. **Base Nacional Comum Curricular: documento determina currículo comum em todo o país para educação infantil e Ensinos Fundamental e Médio**. Revista do Instituto Humanitas da Unisinos, ano XVII, n. 516, dez. 2017.
- STRENZEL, G. R. **Tempo de chegada na creche: conhecendo-se e fazendo-se conhecer**. Revista Zero a Seis, São Paulo, v. 4, n. 6, dez/2000.